

ATIVIDADE: REPAVIMENTAÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS JÁ IMPERMEABILIZADAS E PRAÇAS;

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL DE INSTALAÇÃO (LAMI);

1 – Requerimento

Formulário no site da Prefeitura de Cantagalo na página da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SMMADS no Portal de Licenciamento.

2 – Documentos de identificação

Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.

Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

3 – Documentos sociais

Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.

Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.

Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(is).

Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(is).

4 – CNPJ

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.

5 – Declaração de microempresa (Form. 35) e Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)

Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)

RG e CPF do procurador constituído.

7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)

A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

8 – Termo de Responsabilidade

Formulário disponível no Portal de Licenciamento da SMMADS.

9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)

Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s).

10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos.

11 – Planta de localização

Em cópia de plantas do IBGE, mapas do programa Google Earth, croquis ou outros, georreferenciada, no sistema de projeção UTM ou Geográfica, com coordenadas inicial, final e a cada deflexão do traçado da estrada. Pontos determinados com precisão mínima de 10 metros.

12 – Certidão de Zoneamento Municipal

13 – Comprovante de titularidade da propriedade (se for o caso):

13.1 IPTU; ou ITR; ou RGI; ou Escritura do Imóvel; ou Promessa de Compra e Venda registrada em cartório;

13.2 Contrato de locação, de comodato ou Carta de anuência do proprietário, para os casos em que a propriedade não esteja em nome do requerente;

14 – Conta de Água ou Outorga para uso de recurso hídrico (se for o caso);

15 – Conta de luz (se for o caso);

16 – Certificado de Faixa Marginal de Proteção – FMP, (se for o caso).

17 – Formulário de Cadastro

Formulário de Cadastro de Obras Diversas simplificado (Form. 05) preenchido e assinado pelo representante legal.

18 – Memorial descritivo do empreendimento

Deverá contemplar:

a) Os objetivos e a justificativa do projeto;

b) Características do empreendimento, contendo minimamente: extensão, largura, nº de faixas de rolamento e acostamento, tipo de pavimento, volume de tráfego previsto; e

c) Unidades de apoio durante as obras (canteiro de obras, postos de abastecimento, oficinas de manutenção).

19 – Planta de situação do empreendimento

Em escala compatível, indicando os seguintes elementos:

- a) Orientação magnética;
- b) Topografia projetada;
- c) Corpos d'água existentes e projetados e respectivas faixas de proteção;
- d) Cobertura vegetal da Área Diretamente Afetada – ADA;
- e) Projeto geométrico, com delimitação da faixa de domínio; e
- f) Obras de arte especiais.

20 – Planta de interferências

Em escala compatível, indicando os seguintes elementos:

- a) Projeto geométrico;
- b) Edificações;
- c) Dutos;
- d) Redes aéreas; e
- e) Ferrovias, rodovias e estradas.

21 – Projeto de terraplenagem (se for o caso).

Deverá contemplar:

- a) Volume de corte e aterro (memória de cálculo);
- b) Informar se haverá compensação lateral e localização;
- c) Informações sobre bota-fora (volume, localização e projeto de conformação final);
- d) Informar sobre empréstimo (localização e volume de material movimentado); e
- e) Informar quanto a utilização de material oriundo de jazidas licenciadas.

22 – Projeto de obras de arte especiais (pontes e viadutos) (se for o caso)

23 – Projeto do sistema de drenagem

Planta e perfil, em escala adequada, do sistema de drenagem, indicando:

- a) Bueiros (tipo e localização);
- b) Caixas de passagem;
- c) Sarjetas;
- d) Valetas;
- e) Escadas hidráulicas;
- f) Dissipadores de energia; e
- g) Demais dispositivos projetados.

24 – Projeto do canteiro de obras e áreas de apoio (se for o caso).

Deverá contemplar:

- a) Histograma de mão-de-obra;
- b) Planta geral do canteiro, com indicação da localização das instalações e sistemas de controle;
- c) Infraestrutura de saneamento básico: fonte de abastecimento de água, armazenamento de resíduos e tratamento e disposição final de esgoto sanitário;
- d) Memória de cálculo do sistema de tratamento de esgoto sanitário (inclusive das frentes de obra); e
- e) Áreas de manutenção, de armazenamento e abastecimento de máquinas/equipamentos, área de lavagem de veículos, usinas de asfalto, britagem, áreas de armazenamento de produtos químicos.

25 – Cópias do DAM e do comprovante de pagamento da taxa de licenciamento.

26 – Checklist da atividade;

27 – Enquadramento da atividade.

No Portal do Licenciamento estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações.

Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.

ATIVIDADE: REPAVIMENTAÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS JÁ IMPERMEABILIZADAS E PRAÇAS;

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL INTEGRADA (LAMIN).

1 – Requerimento

Formulário no site da Prefeitura de Cantagalo na página da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SMMADS no Portal de Licenciamento.

2 – Documentos de identificação

Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.

Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

3 – Documentos sociais

Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.

Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.

Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(is).

Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(is).

4 – CNPJ

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.

5 – Declaração de microempresa (Form. 35) e Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)

Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)

RG e CPF do procurador constituído.

7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)

A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

8 – Termo de Responsabilidade

Formulário disponível no Portal de Licenciamento da SMMADS.

9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)

Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s).

10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos.

11 – Planta de localização

Em cópia de plantas do IBGE, mapas do programa Google Earth, croquis ou outros, georreferenciada, no sistema de projeção UTM ou Geográfica, com coordenadas inicial, final e a cada deflexão do traçado da estrada. Pontos determinados com precisão mínima de 10 metros.

12 – Certidão de Zoneamento Municipal

13 – Comprovante de titularidade da propriedade (se for o caso):

13.1 IPTU; ou ITR; ou RGI; ou Escritura do Imóvel; ou Promessa de Compra e Venda registrada em cartório;

13.2 Contrato de locação, de comodato ou Carta de anuência do proprietário, para os casos em que a propriedade não esteja em nome do requerente;

14 – Conta de Água ou Outorga para uso de recurso hídrico (se for o caso);

15 – Conta de luz (se for o caso);

16 – Certificado de Faixa Marginal de Proteção – FMP, (se for o caso).

17 – Formulário de Cadastro

Formulário de Cadastro de Obras Diversas simplificado (Form. 05) preenchido e assinado pelo representante legal.

18 – Memorial descritivo do empreendimento

Deverá contemplar:

a) Os objetivos e a justificativa do projeto;

b) Características do empreendimento, contendo minimamente: extensão, largura, nº de faixas de rolamento e acostamento, tipo de pavimento, volume de tráfego previsto; e

c) Unidades de apoio durante as obras (canteiro de obras, postos de abastecimento, oficinas de manutenção).

19 – Planta de situação do empreendimento

Em escala compatível, indicando os seguintes elementos:

- a) Orientação magnética;
- b) Topografia projetada;
- c) Corpos d'água existentes e projetados e respectivas faixas de proteção;
- d) Cobertura vegetal da Área Diretamente Afetada – ADA;
- e) Projeto geométrico, com delimitação da faixa de domínio; e
- f) Obras de arte especiais.

20 – Planta de interferências

Em escala compatível, indicando os seguintes elementos:

- a) Projeto geométrico;
- b) Edificações;
- c) Dutos;
- d) Redes aéreas; e
- e) Ferrovias, rodovias e estradas.

21 – Projeto de terraplenagem (se for o caso).

Deverá contemplar:

- a) Volume de corte e aterro (memória de cálculo);
- b) Informar se haverá compensação lateral e localização;
- c) Informações sobre bota-fora (volume, localização e projeto de conformação final);
- d) Informar sobre empréstimo (localização e volume de material movimentado); e
- e) Informar quanto a utilização de material oriundo de jazidas licenciadas.

22 – Projeto de obras de arte especiais (pontes e viadutos) (se for o caso)

23 – Projeto do sistema de drenagem

Planta e perfil, em escala adequada, do sistema de drenagem, indicando:

- a) Bueiros (tipo e localização);
- b) Caixas de passagem;
- c) Sarjetas;
- d) Valetas;
- e) Escadas hidráulicas;
- f) Dissipadores de energia; e
- g) Demais dispositivos projetados.

24 – Projeto do canteiro de obras e áreas de apoio (se for o caso).

Deverá contemplar:

- a) Histograma de mão-de-obra;
- b) Planta geral do canteiro, com indicação da localização das instalações e sistemas de controle;
- c) Infraestrutura de saneamento básico: fonte de abastecimento de água, armazenamento de resíduos e tratamento e disposição final de esgoto sanitário;
- d) Memória de cálculo do sistema de tratamento de esgoto sanitário (inclusive das frentes de obra); e
- e) Áreas de manutenção, de armazenamento e abastecimento de máquinas/equipamentos, área de lavagem de veículos, usinas de asfalto, britagem, áreas de armazenamento de produtos químicos.

25 – Cópias do DAM e do comprovante de pagamento da taxa de licenciamento.

26 – Checklist da atividade;

27 – Enquadramento da atividade.

No Portal do Licenciamento estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações.

Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.

ATIVIDADE: REPAVIMENTAÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS JÁ IMPERMEABILIZADAS E PRAÇAS;

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL PRÉVIA (LAMP).

1 – Requerimento

Formulário no site da Prefeitura de Cantagalo na página da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SMMADS no Portal de Licenciamento.

2 – Documentos de identificação

Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.

Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

3 – Documentos sociais

Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.

Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.

Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(is).

Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(is).

4 – CNPJ

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.

5 – Declaração de microempresa (Form. 35) e Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)

Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)

RG e CPF do procurador constituído.

7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)

A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

8 – Termo de Responsabilidade

Formulário disponível no Portal de Licenciamento da SMMADS.

9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)

Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s).

10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos.

11 – Planta de localização

Em cópia de plantas do IBGE, mapas do programa Google Earth, croquis ou outros, georreferenciada, no sistema de projeção UTM ou Geográfica, com coordenadas inicial, final e a cada deflexão do traçado da estrada. Pontos determinados com precisão mínima de 10 metros.

12 – Certidão de Zoneamento Municipal

13 – Comprovante de titularidade da propriedade (se for o caso):

13.1 IPTU; ou ITR; ou RGI; ou Escritura do Imóvel; ou Promessa de Compra e Venda registrada em cartório;

13.2 Contrato de locação, de comodato ou Carta de anuência do proprietário, para os casos em que a propriedade não esteja em nome do requerente;

14 – Conta de Água ou Outorga para uso de recurso hídrico (se for o caso);

15 – Conta de luz (se for o caso);

16 – Certificado de Faixa Marginal de Proteção – FMP, (se for o caso).

17 – Cópias do DAM e do comprovante de pagamento da taxa de licenciamento.

18 – Checklist da atividade;

19 – Enquadramento da atividade.

No Portal do Licenciamento estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações.

Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.